

BLOCO 7

PROPOSTAS PARA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NO BRASIL: MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

- 1 - Propostas para Capacitação de Agentes Institucionais e Comunitários para o Atendimento da Criança de 0 a 6 Anos no Brasil.

1

**PROPOSTAS PARA CAPACITAÇÃO DE
AGENTES INSTITUCIONAIS E COMUNITÁRIOS
PARA O ATENDIMENTO DA CRIANÇA
DE 0 A 6 ANOS NO BRASIL**

**PROPOSITIONS POUR LA FORMATION D'AGENTS
INSTITUTIONNELS ET COMMUNAUTAIRES POUR LA PRISE
EN CHARGE DES ENFANTS DE 0 A 6 ANS AU BRÉSIL**

*Arnaldo Augusto Franco de Siqueira*³
*Maria Elena G. Correa (orgs.)*²

SIQUEIRA, A.A.F.; CORREA, M.E.G. (orgs). Propostas para Capacitação de Agentes Institucionais e Comunitários para o Atendimento da Criança de 0 a 6 anos no Brasil. Rev. Bras. Cresc. Des. Hum. III (1): São Paulo, 1993.

RESUMO

São apresentados aqui os relatórios dos grupos de trabalho sobre temas pertinentes à capacitação de recursos humanos para o atendimento da criança de 0 a 6 anos em nosso meio.

Foram abordados os temas: formação participativa de recursos humanos em educação, comunicação e informação; as modalidades de atendimento em educação e saúde com crianças de 0 a 6 anos; o desenvolvimento e a aprendizagem; capacitação de multiplicadores e a legislação. Buscou-se, sempre, além da contextualização do tema, definir os referenciais teóricos e metodológicos, bem como chegar a propostas de capacitação que garantissem a perspectiva teórico-metodológica da participação.

RÉSUMÉ

Cet article presente les compte-rendus des groupes de travail sur la formation des personnels destinés à la prise en charge de l'enfant de 0 à 6 ans dans notre milieu.

Les sujets suivants ont été abordés: formation participative des personnels en Information, Éducation et Communication; les modalités d'accueil en éducation et santé pour les enfants de 0 à 6 ans; le développement et l'apprentissage; la législation.

Chaque groupe a tenté de replacer ce sujet dans son contexte, d'en définir les repères théoriques et méthodologiques, et de proposer des formations qui garantissent une réelle participation.

Texto elaborado a partir dos relatórios dos grupos de trabalho do I Seminário Brasil-França de Formação Participativa de Recursos Humanos para a Criança de 0 a 6 anos - Brasília, 1992.

1 Professor Titular do Depto. de Saúde Materno-Infantil da FSP/USP; Presidente de CDH.

3 Pedagoga, Assessora Técnica da COSMI em Educação para a Saúde. Coordenadora do Seminário.

A questão da capacitação de recursos humanos é crucial no atendimento da criança de 0 a 6 anos, seja no âmbito da saúde, como da educação e das políticas sociais.

Para tanto, é indispensável a definição de referenciais teóricos e metodológicos que tenham como denominador comum a participação.

Em vista disso, os participantes do Seminário foram distribuídos em quatro grupos de trabalho, com temas previamente estabelecidos, para a definição desses marcos teóricos e metodológicos relevantes para a elaboração de propostas dentro de cada uma das áreas.

Os relatórios desses grupos de discussão serão mostrados a seguir. Preferiu-se apresentá-los na íntegra para não perder a riqueza das idéias ali presentes.

Uma vez que esses relatórios são o resultado do trabalho de grupos multidisciplinares, com especialistas das várias áreas do conhecimento envolvidas na temática, é de se supor que sejam de utilidade sempre que se pretenda concretizar ou reformular um projeto de capacitação. Poderão servir também de base para a elaboração de projetos de investigação sobre o tema.

TEMA 1: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Introdução

O tema *desenvolvimento e aprendizagem da criança* dá margem a inúmeras discussões teórico-conceituais, epistemológicas e operacionais. A explicitação de conceitos e sua filiação teórica, seu grau de eficácia na compreensão das questões que afetam o binômio desenvolver e aprender, a seleção de atores sociais a serem privilegiados num processo de formação participativa foram exaustivamente discutidos. O grupo percebeu a importância de afinar-se em termos teóricos, tendo em vista a diversidade de experiências concretas em marcos de referência conceituais existentes para atingir seus objetivos.

Tendo em vista a atualidade e a relevância do tema em questão, levantou-se a preocupação com o conhecimento e controle dos efeitos políticos e ideológicos de um processo de intervenção técnica na realidade social.

O grupo empenhou-se na construção de eixos e temas de discussão pertinentes à área. Esses deverão ser posteriormente desdobrados e desenvolvidos, tendo em vista contemplar as diferentes inserções institucionais e profissionais dos membros do seminário.

A questão da metodologia e a dos conhecimentos e competências a abordar num processo

de formação foram consideradas correlatas. Ressaltou-se a necessidade de se fazer um levantamento das práticas cotidianas comunitárias no que diz respeito à educação e à saúde da criança.

Foi destacado, ao mesmo tempo, que o eixo de um trabalho participativo centra-se no diagnóstico coletivo dos principais problemas relacionados, no caso deste grupo de trabalho, ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. A idéia seria confrontar/articular percepções e conhecimentos da comunidade e dos técnicos na construção de um novo saber sobre o tema.

1. *Objetivos gerais e específicos da formação de pessoal em relação ao tema do trabalho em grupo.*

Gerais: co-construir conhecimentos referentes às questões de desenvolvimento e aprendizagem a partir de discussões que articulam o saber técnico e o saber popular; co-construir representações sociais, visando as transformações das práticas sociais e culturais de cuidados e educação da criança.

Específicos: que o conhecimento implica na mobilização das faculdades humanas do pensar, sentir e agir; que a formação de recursos humanos numa perspectiva participativa pressupõe uma intervenção na realidade social.

2. *Quem deve ser formado para o atendimento da criança de 0 a 6 anos?*

População-alvo: a família e a rede informal de vizinhança; instituições públicas que materializam as políticas sociais; instituições privadas; organizações comunitárias (associações de bairros, clubes de mães, creches e escolas comunitárias) e ONG's.

Houve debate e sinalização de que a formação participativa, no que diz respeito à família, deveria acontecer no âmbito dos serviços e dos movimentos sociais organizados. O processo de formação poderá, no entanto, abranger grupos sociais profissionais e não profissionais.

3. *Conhecimentos e competências a serem abordados nessa formação:*

- metodologia participativa; pressupostos teóricos sobre desenvolvimento/ aprendizagem; legislação sobre a criança; práticas sociais e culturais de cuidados e educação da criança.

A partir da delimitação desses eixos temáticos, foram detectados alguns temas que, num processo posterior de desdobramento, orientariam propostas específicas de trabalho, sendo estes:

- O cotidiano da criança na família e na comunidade: o papel da interação, da inter-rela-

ção e interlocução no desenvolvimento da criança, o que envolve explorar as relações criança - ambiente físico - social; o papel da brincadeira no desenvolvimento da criança; a prática de cuidados na vida cotidiana infantil (alimentação, sono, treino de "toilette" e higiene).

- A repercussão da violência simbólica e física, familiar, institucional e social sobre o desenvolvimento da criança. - A conquista e fiscalização dos direitos sociais da criança.

TEMA 2: MODALIDADES DE ATENDIMENTO EM EDUCAC, ÃO E SAÚDE COM CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS

Introdução

Entendemos que não é possível discutir as questões específicas propostas ao grupo sem considerar que estas ações estarão se desenvolvendo em um contexto geral, onde os conflitos se estabelecem.

Sem a pretensão de querer aprofundar nesta questão, em linhas gerais, achamos importante salientar que as políticas públicas sociais básicas não atingem a grande maioria da população, e as iniciativas governamentais não cumprem seus objetivos. Neste sentido, existem algumas iniciativas não governamentais (ONG's) que vêm atuando e/ou substituindo o trabalho que deveria ser executado pelo poder público.

Acreditamos que o Estado deve fazer um resgate histórico do seu papel em relação às políticas públicas sociais básicas, pois o que existe atualmente é uma desarticulação institucional paralela às questões das prioridades políticas estabelecidas. Atrelada a isto, falta uma política de recursos humanos adequada.

Devido à diversidade das experiências do grupo e das áreas consideradas neste seminário, tivemos dificuldades em dimensionar claramente os objetivos gerais e específicos.

Objetivo Geral: definir uma política de recursos humanos compatível com a realidade atual, voltada para a garantia da qualidade e quantidade do atendimento integral à criança de 0 a 6 anos.

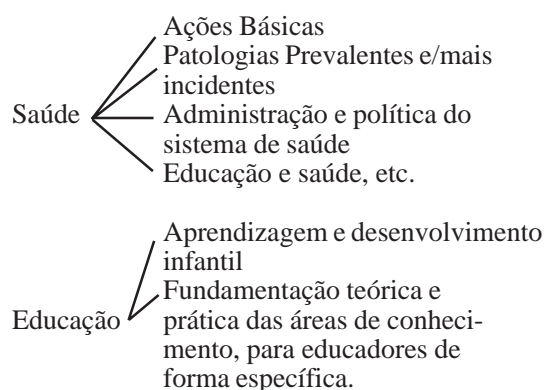
Objetivos Específicos: diagnosticar precocemente os problemas, propor e buscar a viabilização das alternativas de soluções; garantir o cumprimento da legislação vigente (Estatuto da Criança e do Adolescente); minimizar os problemas advindos da ausência da qualidade e quantidade dos serviços públicos; conhecer e discutir as práticas não identificadas e não reconhecidas, como por exemplo a automedicação; ga-

rantir a participação popular nas diversas instâncias deliberativas.

Entendemos que todas as pessoas que lidam diretamente com a criança devem receber formação para este fim. Para especificar algumas; destacamos: grupos de mães ou pessoas responsáveis pela criança, creches e pre-escolas comunitárias, grupos de saúde, agentes de saúde, profissionais de saúde e educação.

Consideramos que os conhecimentos e competências para a formação nas áreas de saúde e educação devem se estruturar nos seguintes eixos: administrativo, psicossocial e político. Atrelados a esses eixos, estamos também incluindo os conhecimentos específicos das áreas citadas, obedecendo aos vários níveis de formação, levando-se também em conta o contexto diferenciado.

Acreditamos que essa gama de conhecimentos está permeada por princípios filosóficos que devem ser claramente definidos: *para quê, para quem, como.*



Metodologia - Alguns Principios

- É preciso considerar que existe um processo mútuo de conhecimentos diferentes, o "saber popular" e o "saber científico", que não se anulam, mas se complementam, na medida em que um pode enriquecer o outro num processo de troca;

- É necessário buscar formas e criar meios para que possa se estabelecer uma reflexão sobre a realidade e sobre o saber de cada um e do conjunto, na perspectiva de, a partir daí, construir um novo saber e transformar de maneira mais efetiva a realidade;

- É necessário compreender que cada saber, seja o popular ou o sistematizado, tem uma lógica própria e também contradições. É importante conseguir apontar essas contradições para que se possa construir um novo saber, mais coerente e logicamente organizado, segundo as expectativas dos grupos com os quais se trabalha;

- Para efetivar uma proposta metodológica, seria necessário construir e trabalhar com novos procedimentos e materiais pedagógicos que correspondam aos diferentes níveis de formação. Destaca-se alguns desses procedimentos e materiais: algumas técnicas e procedimentos da pesquisa participante, teatro, artes plásticas, vídeos, etc.

TEMA 3: CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM LEGISLAÇÃO

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A legislação brasileira atual é bastante clara na definição dos direitos da criança e do adolescente, que se efetivou através da lei 8069/90 no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Alguns pontos são fundamentais no direcionamento do atendimento a esse grupo populacional, quais sejam a compreensão da criança enquanto ser bio-psico-social e sujeito de direito; a co-responsabilização do Estado e da Sociedade Civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente; a definição de uma estrutura articuladora e fiscalizadora dos direitos previstos na lei; a definição clara das áreas prioritárias para garantia do desenvolvimento integral da criança e do adolescente, quais sejam: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e a dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Define ainda a taxonomia dos programas sociais dirigidos a esse grupo populacional, assegurando: a) programas estruturais de atendimento dirigidos ao universo de crianças e adolescentes do País, através de ações no âmbito das políticas sociais básicas e universais; b) programas redistributivos, de abrangência massiva, promovendo o acesso de amplos contingentes da população a bens e serviços aos quais não têm acesso através das políticas básicas; c) programas integrativos, dirigidos a grupos de crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, que buscam resgatar seu espaço de cidadania; d) programas reintegrativos dirigidos aos grupos privados de liberdade em razão de sua situação sócio-econômica, que devem buscar a desinstitucionalização e o acesso ao continente afetivo de uma família e às vinculações sociais e culturais da vida comunitária; e) programas de vigilância e de defesa de direitos dirigidos às vítimas de negligência, abuso, exploração e outras formas de violação de sua integridade física, psicológica e moral, que devem efetuar o recebi-

mento de denúncias e o acolhimento e encaminhamento de crianças e adolescentes expostos à violação dos seus direitos fundamentais. Outros programas são ainda assegurados aos jovens autores de infração ou em situação de dificuldades pessoais e sociais.

Parece-nos que a legislação atual, apesar de seu distanciamento em relação à atual situação da criança no Brasil, apresenta-se como um "norte" a ser perseguido. O que coloca para todos nós a responsabilidade pela sua efetivação.

Para tanto, propomos algumas estratégias que possibilitem o amplo conhecimento do texto legal, bem como o estabelecimento de compromissos sociais efetivos, através da capacitação de recursos humanos, profissionais e não profissionais, e da ampla difusão do ECA na comunidade.

Objetivos Gerais: ampliar o conhecimento da sociedade sobre o texto legal; transformar o texto legal em instrumento de defesa de direitos.

Objetivos Específicos: subsidiar a capacitação dos Conselhos Municipais e Tutelares sobre o ECA; instrumentalizar e subsidiar a formulação das políticas municipais dirigidas à criança de 0 a 6 anos; instrumentalizar e subsidiar a efetivação do direito da criança e adolescente, através da democratização da informação e dos conteúdos do texto da legislação, que define os direitos fundamentais e os canais competentes para efetivação dos mesmos.

METODOLOGIA

Um primeiro ponto que se buscaria garantir em nível da metodologia diz respeito à questão da formação participativa. Para tal, se propõe um trabalho com grupos heterogêneos, onde tanto a área governamental e seus representantes nas áreas de Segurança Pública, Judiciário e Serviços Básicos, estariam com os representantes da sociedade civil organizada, debatendo temas relativos à criança e ao adolescente, buscando afinidades e explicitando conflitos e contradições presentes nas suas práticas.

Um segundo ponto seria a preocupação com a universalização da informação, significando o acesso à legislação, bem como a compreensão das suas implicações técnicas com mais detalhe.

Um outro ponto refere-se à questão das representações dos sujeitos em formação. Levar em conta essas representações é pressuposto básico da formação que pretende superar concepções restritivas de criança e adolescente, tendo em vista que o ECA deve ser a referência básica da formação e traz no seu bojo uma concepção bem mais abrangente dos mesmos. Clareando um

pouco mais, buscar-se-á alterar concepções baseadas em representações de criança presentes hoje, no imaginário social dos diferentes grupos e pessoas, que efetivamente traam limites à efetivação do ECA.

Não se pretendeu estruturar a metodologia, mas mostrar alguns pontos de partida para um detalhamento da mesma.

PROPOSTAS DE CAPACITADO PARTICIPATIVA

Público-Alvo: Conselhos de Direitos/Conselhos Tutelares/Comunidade

PROPOSTA 1

Etapas:

1ª) Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Conselheiros do Conselho Tutelar - CT

Conteúdos: Visão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

- Concepção de Criança

2ª) Conselheiros do CMDCA

Conteúdos:

- Planejamento e formulação de Políticas Sociais

- Competência dos Conselheiros

- Conselho Tutelar - perfil e formação; gestão; implantação; funcionamento; elaboração da legislação municipal relativa ao assunto.

3ª) Conselheiros do CMDCA

Conselheiros do CT

Comunidade Municipal (ONG's e/OG's)*

Conteúdos:

- relatos da produção das etapas anteriores à comunidade e dose cussões;

- estabelecimento de compromissos entre Conselho de Direitos/ComunidaWConselbo de Direitos.

PROPOSTA 2

Público-Alvo:



Conteúdos:

- Compromisso social (legislação, realidade)

- Direitos da criança

- Crescimento e desenvolvimento

- Perfil do educador (relações interpessoais, eu, outro)

- Atividades com a criança

- A relação da creche/pré escola com a organizado comunitária (mobilização comum ria, participac,ão, movimentos populares).

TEMA 4: FORMAÇÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Introdução

Do ponto de vista da educação, considera-se o uso dos meios de comunicação como imprescindíveis, na medida em que aluam como mediadores da realidade no processo pedagógico de apropriação do conhecimento, uma vez que eles têm a possibilidade de registrar e transmitir, em curto espaço de tempo, o acúmulo de conhecimentos já produzidos pela humanidade.

Contextualizando a Comunicação e a Informação como Instrumentos de Educação

Historicamente, a comunicação e os meios a seu dispor têm sido mal ou, pelo menos, subutilizados na luta pela garantia das condições mínimas de vida da criança brasileira

Isto se observa nos diferentes níveis de complexidade, desde os meios mais simples (in-

* OBS.: Os integrantes do Conselho Municipal de Saúde deverão participar.

terpessoais) aos mais sofisticados (TV em cadeia nacional), passando por toda uma gama intermediária.

As abordagens dos problemas da criança brasileira, através dos meios de comunicação, têm sido caracterizadas por a) prioridade ao atendimento das demandas institucionais, em detrimento das demandas da população-alvo por abordagens pontuais (emergenciais, campanhas) de teor propagandista com evidente benefício para o Estado por ações verticais e não-participativas; b) reforço a imagens negativas e estigmatizantes da infância, sobretudo daquelas crianças mais desfavorecidas por um flagrante desrespeito às diferenças regionais, sejam culturais, sociais ou econômicas; c) obstáculo ao livre intercâmbio de informações entre os vários segmentos sociais e pela setorização das ações dirigidas às crianças em compartimentos estanques (saúde, educação e direitos sociais).

A comunicação pode representar uma ferramenta estratégica indispensável para se lograr objetivos relacionados à educação, à saúde, à promoção de políticas públicas, à cooperação intersetorial e à participação comunitária.

A eficiência da comunicação social, enquanto instrumento de participação rumo à autogestão vai depender de sua capacidade em mobilizar múltiplos meios, atingir múltiplos alvos (institucionais e não institucionais, família, comunidade e especialistas) e múltiplos objetivos. Vale ressaltar que a qualidade da comunicação dependerá, também, de que evitemos a unilateralidade vertical na transmissão da mensagem e nos fixemos na necessidade de interação, na mútua informação, no intercâmbio de experiências e conhecimentos.

Objetivos Gerais da Formação de Pessoal em Relação à Comunicação

Por constatarmos a complexidade dos problemas da criança brasileira, em seus aspectos de multicausalidade e múltiplas facetas de expressão nas esferas das condições de vida (externalidade) saúde/educação/moradia/justiça; da qualidade de vida (internalidade) auto-estima/consciência/amor; do nível de vida (externalidade) salário/recessão/desemprego/violência; da dificuldade, e muitas vezes a impossibilidade da maioria dessas crianças em elaborar e alimentar um Projeto de Vida. O grupo de trabalho se posiciona a favor da adoção, em face da multiplicidade de problemas e processos de respostas múltiplas capazes de atingir a todos os atores envolvidos na questão da criança brasileira.

Só a partir de formas participativas em que se respeite a cultura, os saberes, os valores e a

história de cada grupo social, poderemos alcançar a desejada meta de autogestão comunitária e individual.

Quem Deve Ser Formado?

São considerados público-alvo do processo de formação participativa em comunicação: especialistas na área de comunicação; agentes dos setores formal e informal de saúde, educação e direitos sociais; lideranças da sociedade civil organizada; comunidade e famílias (leitura crítica dos meios de comunicação de massa).

Princípios Básicos da Metodologia de Formação

A opção metodológica para formação participativa tem como base o fato da comunicação se destinar a desvendar uma realidade e a buscar na própria sociedade os elementos para transformá-la, utilizando para isso a socialização das experiências, a recriação dos conhecimentos e aprendizagem e garantido acesso às múltiplas fontes do conhecimento e da informação.

Conhecimentos e Competências nessa Formação

A seleção de conhecimentos e competências no processo de formação participativa deve estar orientada de forma a que os animadores sejam capazes de garantir a realização dos processos educativos integrais dos grupos sociais e a romper os esquemas dos processos de educação e comunicação tradicionais.

Do ponto de vista restrito da comunicação social, de caráter participativo, os animadores deverão estar aptos a: participar da seleção temática dos conteúdos da comunicação; da geração e uso da informação, que intervêm no processo de comunicação; do processo e codificação da informação, da confecção da mensagem; da emissão e recepção alternada de mensagens do processo de comunicação; da crítica das mensagens emitidas e recebidas; da programação, desenvolvimento e uso dos meios de comunicação; da avaliação dos processos de comunicação; da propriedade, administração e controle dos meios e instrumentos de comunicação que intervêm nos processos educativos, onde seja possível e pertinente.

Não se pode deixar de levar em conta o modo de utilização da comunicação como instrumento da educação.

Vários fatores influenciam na elaboração de materiais a serem produzidos; algumas perguntas devem ser respondidas:

- ele basta em si próprio?
- serve como base para uma discussão?

Para concluir, vale ressaltar alguns pontos de referência que podem ser úteis em projetos de cooperação sobre o atendimento à criança de 0 a 6 anos. Esses aspectos podem ser considerados consensuais entre os participantes do Seminário.

1. abordagem multidisciplinar da criança através do seu desenvolvimento físico e psíquico;
2. divulgação e efetivação dos direitos assegurados na legislação atual DECAI, no que se refere ao acesso e qualidade dos serviços;
3. utilização de metodologia participativa de capacitação visando a construção coletiva do conhecimento;
4. universalização da informação a todos os níveis profissionais e não profissionais;
5. o acesso às comunidades através de instituições ou representantes comunitários, possibilitando a participação popular;
6. o público-alvo considerado refere-se a

todas as instâncias que se ocupam da criança enquanto sujeito de ação, nas instituições formais e não formais; profissionais e não profissionais; agentes comunitários e comunidades;

7. a metodologia proposta considera aspectos referentes à delimitação geográfica institucional ou outra para a abrangência do trabalho (processo não aleatório), o desenvolvimento de atividades a partir de um diagnóstico de necessidades expressas pela comunidade e percebidas pelos técnicos; pesquisa ação e pesquisa participante foram abordados como pressupostos desejáveis.

“O povo que não tem experiência de participação, de intervenção na coisa pública, de exercitação da sua capacidade de influir nas decisões nacionais, é um povo condenado à marginalidade social e política, a permanecer mudo, silencioso e apático”. (José Marques Neto).